



I CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROCURADOR DE PRERROGATIVAS DA OAB - GO

EDITAL DE RETIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO AO EDITAL Nº 003/2017

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Portaria nº 791/2017 e o item 11 do Edital nº 001/2017,

RETIFICA subitem 11.2.1, do Edital nº 001/2017 do I Concurso Público para o cargo de Procurador de Prerrogativas da OAB-GO, que passa a ter a seguinte redação: "**11.2.1. Far-se-á sorteio público de ponto para cada CANDIDATO no momento da realização da arguição**" e, conseqüentemente torna sem efeito as disposições do item 2 do Edital nº 003/2017.

E, ainda, COMPLEMENTA o edital de convocação para a prova oral que será realizada no dia **10 de outubro de 2017, a partir das 8h, no 1º andar do "Meu Escritório"**, situado na Rua 1, esquina com a Av. Goiás, St. Central, Goiânia/GO para esclarecer o seguinte:

1. Os candidatos deverão estar presentes ao local da prova com **antecedência mínima 1 hora do horário designado para início dos trabalhos**, adequadamente trajados e portando documento de identidade oficial com foto, para o cadastramento prévio.
2. No turno vespertino, os candidatos deverão estar presentes no local da prova até as **13h30**, adequadamente trajados e portando documento de identidade oficial com foto.
3. Na sala de espera poderão permanecer somente os candidatos que irão realizar a prova oral, sendo proibida a entrada e permanência do público.
4. Não será permitido a entrada/permanência na sala de espera de telefone celular, agenda eletrônica, relógio, computador portátil, *palmtop*, *tablets* ou similares, *pen drive*, *scanner*, receptor, gravador, máquina fotográfica, calculadora, *pager* ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação.
5. Na sala de espera será permitido ao candidato entrar com material didático (códigos seco e comentado, leis impressas e doutrinas) e consultá-los, enquanto aguardam as chamadas para as arguições.
6. . A seqüência de arguição dos candidatos de cada grupo será estabelecida por meio de sorteio que será realizado na sala de espera.
7. Nas salas em que serão realizadas as arguições não será permitido ao candidato ou ao público adentrar ao local portando telefone celular, agenda eletrônica, relógio, computador portátil, *palmtop*, *tablets* ou similares, *pen drive*, *scanner*, receptor, gravador, máquina fotográfica, calculadora, *pager* ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação.
8. **O sorteio dos pontos será realizado no momento da arguição de cada candidato.**
9. **O candidato irá sortear dois pontos, um para cada examinador.** Os pontos que serão objetos das arguições encontram-se no anexo deste instrumento.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"



10. Cada Banca Examinadora disporá de uma média de 15 minutos para arguição de cada candidato.

11. Cada Examinador irá atribuir, sigilosamente, nota de 0,0 a 10,00 para cada arguição, totalizando a nota máxima de 20,00 a ser obtida em cada Banca.

12. Ao final da arguição de cada candidato as notas serão colocadas em um envelope, que será lacrado e rubricado pelos examinadores.

Goiânia, 26 de setembro de 2017.

Lúcio Flávio Siqueira de Paiva
Presidente da OAB-GO



I CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROCURADOR DE PRERROGATIVAS DA OAB - GO

EDITAL DE RETIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO AO EDITAL Nº 003/2017

ANEXO I

PONTOS PARA A PROVA ORAL

Legislação da OAB Nacional e Seccional:

1. Estatuto da Advocacia e da OAB – Lei 8.096/1994;
2. Código de Ética e Disciplina da OAB;
3. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB;
4. Regimento Interno da OAB/GO.

Direito Civil

1. Direito Civil e Constituição;
2. Pessoa natural e Direitos da personalidade;
3. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos;
4. Prescrição e Decadência;
5. Teoria do Contrato;
6. Contratos em espécie;
7. Teoria da Responsabilidade civil;
8. Posse;
9. Direitos Reais;
10. Casamento, União Estável e Monoparentalidade.

Processual Civil

1. Teoria geral do processo. Princípios gerais do processo civil. Jurisdição e competência. Convenções processuais.
2. Sujeitos do processo. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Honorários advocatícios.
3. Processo de conhecimento. Procedimento comum. Fase postulatória. Ônus da prova. Saneamento do processo.
4. Processo de conhecimento. Procedimento comum. Provas. Sentença e coisa julgada.
5. Procedimentos especiais. Juizados especiais cíveis, federais e da fazenda pública.
6. Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela da evidência.
7. Tutela executiva. Execução fundada em título extrajudicial e cumprimento de sentença. Execução fiscal. Execução contra a Fazenda Pública.
8. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie.



9. Procedimentos nos tribunais. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Reclamação. Conflito de competência. Declaração de inconstitucionalidade. Ação rescisória.

10. Processo coletivo. Ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Ações constitucionais. Habeas data. Mandado de injunção. Mandado de segurança.

Direito Constitucional

1. Normas constitucionais: classificação; valores; princípios; regras; sopesamento.
2. Constitucionalismo atual; neoconstitucionalismo; ativismo judicial.
3. Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica.
4. Dos princípios fundamentais: República, Federação, Estado Democrático de Direito (fundamentos doutrinários), fundamentos e objetivos da República, princípios fundamentais das relações internacionais.
5. Direitos e garantias individuais e coletivos: direitos explícitos e implícitos; classificação dos direitos explícitos.
6. Habeas corpus, mandado de segurança (lei 12.016/09), mandado de injunção, ação civil pública e habeas data (lei 9507/97). Direito de Certidão. Acesso a Informação (Lei Federal 12.527/11). Direito de Petição. Ação Popular (Lei Federal 4.717/65).
7. Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988.
8. Administração pública: princípios constitucionais.
9. Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura.
10. Advocacia e Defensoria Pública.

Direito Tributário

1. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar.
2. Direito Tributário: conceito, fontes e princípios; relação entre o Direito Tributário e o Direito Privado.
3. Tributo: conceito e espécies.
4. Código Tributário Nacional: normas gerais de direito tributário.
5. Obrigação Tributária: conceito; espécies; hipótese de incidência; sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
6. Crédito Tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão; suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito.
7. Responsabilidade Tributária: responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem; solidariedade e sucessão; responsabilidade pessoal e de terceiros; responsabilidade supletiva.
8. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; repartição das receitas tributárias; imunidades: hipóteses e regulamentação.
9. Contribuições Sociais: fato gerador; base de cálculo; contribuintes; contribuições de intervenção no domínio econômico; contribuições corporativas; contribuições de seguridade social.
10. Jurisprudência do STF: modulação dos efeitos temporais das decisões do STF em matéria tributária; coisa julgada em matéria tributária.



Direito Administrativo e Processual Administrativo

1. Princípios do Direito Administrativo
2. Poderes da Administração Pública
3. Administração Pública
4. Atos Administrativos
5. Licitação e Contratos
6. Serviços Públicos
7. Bens Públicos
8. Controle da Administração Pública
9. Responsabilidade Civil do Estado
10. Processo Administrativo

Direito do Trabalho

1. Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma.
2. Empregador: conceito, caracterização. Cartório não oficializado. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Consórcio de empregadores. Situações de responsabilização empresarial.
3. Modalidades de contratos de emprego. Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de emprego e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos.
4. Formas de invalidade do contrato de emprego. Nulidades: total e parcial. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Efeitos da declaração de nulidade.
5. Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; indenizações por dano moral e material. Os poderes do empregador no contrato de emprego: diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar.
6. Duração do trabalho. Fundamentos e objetivos. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas *in itinere*. Empregados excluídos do direito às horas extras. Art. 62 da CLT. Jornadas especiais de trabalho. Bancário. Função de confiança. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial.
7. Remuneração e salário: conceito, distinções. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. 13º salário. Parcelas não-salariais. Salário e indenização. Salário in natura e utilidades não-salariais.
8. Cessação do contrato de emprego: causas e classificação. Rescisão unilateral: despedida do empregado. Natureza jurídica da despedida. Limites. Rescisão unilateral: demissão do empregado. Aposentadoria. Força maior. Factumprincipis. Morte. Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato. Despedida indireta. Falta grave. Justa causa. Princípios. Espécies.
9. Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração. Indenizações rescisórias. Despedida obstativa.



10. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.

Processual do Trabalho

1. Direito Processual do Trabalho. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Fontes. Autonomia. Interpretação. Integração. Eficácia.
2. Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de Competência.
3. Partes, procuradores, representação, substituição processual e litisconsórcio. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Mandato tácito.
4. Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no processo do trabalho: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão.
5. Dissídio individual e dissídio coletivo. Distinção. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, indeferimento. Pedido.
6. Audiência. "Arquivamento". Conciliação. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Revelia. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção.
7. Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. Interrogatórios. Confissão e consequências. Documentos. Oportunidade de juntada. Incidente de falsidade. Perícia. Sistemática de realização das perícias. Testemunhas. Compromisso, impedimentos e consequências. Ônus da prova no processo do trabalho.
8. Sistema recursal trabalhista. Princípios, procedimento e efeitos dos recursos. Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. Recurso adesivo. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos. Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso.
9. Recurso de revista. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade. Pré-questionamento. Matéria de fato. Efeitos. Juízo de admissibilidade. Recurso nos dissídios coletivos. Efeito suspensivo.
10. Execução Trabalhista. Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença. Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais. Execução de quantia certa contra devedor solvente. Execução de títulos extrajudiciais. Execução da massa falida. Liquidação da Sentença. Mandado de Citação. Penhora.